

Ressurreição da esquerda na ditadura. A vida ensina. A gente aprende? | Reginaldo Moraes



Há exatos 30 anos, o sociólogo e militante Eder Sader

publicou um livro de obrigatória referência para quem busca analisar os movimentos sociais da Grande São Paulo, na década de 1970. É útil, também, para compreender outros contextos, nas outras regiões metropolitanas do país.

O título era mais do que sugestivo – *Quando Novos personagens entraram em Cena* – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. (Paz & Terra, S. Paulo, 1988). O livro procurava entender “a experiência da condição proletária”, o modo de vida das classes populares e, também, a dinâmica dos novos movimentos sociais. Enfatizava a importância de dois “lugares” dessas lutas – a moradia (os bairros periféricos) e o trabalho (fábricas e sindicatos). O estudo – originalmente uma tese de doutorado em sociologia – dava bastante importância às “matrizes discursivas” que animavam os personagens e ajudavam a compor a sua visão de mundo. Aí, o autor identificava “três centros de elaboração”: a igreja católica, o novo sindicalismo e os grupos de esquerda em reconstrução, depois da derrota sob o governo Médici.

Olhando em retrospectiva, parece-me que seria prudente reavaliar o peso dessas “agências”. Quanto aos grupos de esquerda em reconstrução, por exemplo, embora tenham tido importância crucial em certos momentos e lugares, a memória me convence que só sobreviveram e vicejaram, durante algum tempo, precisamente na medida em que cultivaram algum tipo de simbiose – criativa, muitas vezes – com as outras duas matrizes, a Igreja e os movimentos sindicais de novo tipo.

Passaram-se três décadas desse estudo, com grandes transformações operando sobre a cena e sobre os personagens retratados. As mudanças foram de tal porte que quase se pode dizer que aqueles novos personagens saíram da cena, trocaram de identidade ou se enquadraram em um novo enredo.

Voltarei aos outros personagens em outra ocasião. Por enquanto, registro as peculiaridades de um deles, que me parece ganhar importância quando tomamos distância. Refiro-me à “matriz discursiva” da Igreja Católica – ou, pelo menos, de uma parte então relevante daquela igreja. Até porque foi bem mais do que discursiva, como se pode ver nos episódios que comento.

Começo pela memória de um evento casual. No início de 1972, eu era militante de um grupo clandestino que se opunha à ditadura. Estava envolvido numa campanha, a da chapa de oposição no sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo-Capital. Depois de uma jornada de panfletagens nas fábricas de Santo Amaro, acompanhei meu amigo Vito Giannotti, operário vinculado à esquerda católica, à casa de Plínio de Arruda

Sampaio, no bairro dos Jardins. Na nossa provável ingenuidade juvenil (Vito tinha 28 anos, eu tinha 21), íamos pedir a Plínio, membro importante da Comissão de Justiça e Paz, para que recomendassem aos padres da periferia uma atitude de cooperação com os movimentos operários e populares. Basicamente, que abrissem as paróquias periféricas para nossas reuniões e campanhas de difusão. Anos depois, bem depois, entendi que não era apenas isso. Não íamos pedir algo que não estivesse já deliberado em certa agenda. Sabíamos que em outras regiões, outros trabalhadores católicos faziam algo parecido com outros membros progressistas da Comissão. O que não sabíamos era que nossa “demanda” era a contrapartida (talvez induzida) de uma estratégia bem mais ampla e organizada do saudoso cardeal Paulo Evaristo Arns. A chamada Operação Periferia. Segundo minha avaliação atual, Arns precisava dessa pressão “pelas bases” para ajudar a legitimar sua decisão corajosa e estratégica. Hoje tenho convicção de que jamais conseguiremos exagerar a importância de sua Operação Periferia para a reconstrução do movimento operário e popular, nas duras condições dos anos 1970.

Por isso vale a pena recompor a estória dessa operação de Arns, que não tinha apenas a dedicação de um franciscano, era um pastor intelectualmente sofisticado e um “comandante” dotado de notável visão estratégica.

Desde logo, quando se tornou arcebispo de São Paulo (1970), Arns planejava reorientar a ação da igreja na região (incluía capital e Osasco, a cidade “vermelha”). Era uma mudança clara com relação ao antigo gestor, Agnelo Rossi, que tinha declarada simpatia pelo regime militar. Durante a campanha da Fraternidade de 1972, Dom Paulo lançou sua Operação Periferia, num programa de rádio da Diocese.

Organizar a igreja na periferia tinha mais do que um sentido geográfico – eram periféricos os pobres, morando em favelas, bairros precários da periferia ou cortiços e casas de cômodos do centro deteriorado da cidade.

O objetivo básico da Operação era formar comunidades. Para isso, era necessário descobrir e treinar lideranças para animá-las, montar centros comunitários nos bairros, para nuclear atividades religiosas ou não. Formular projetos que envolvessem necessidades dos moradores, que os envolvessem. A Operação projetava uma organização através de colegiados em diferentes níveis, da base (as comunidades) ao topo (a coordenação). E incorporando militantes leigos. Construir comunidades implicava construir essa liderança organizada.

A operação teve lances de enorme simbolismo. D. Paulo vendeu a majestosa residência episcopal, um palacete rodeado de jardins em região nobre. E investiu o recurso na compra de uma centena de terrenos em bairros periféricos, para a construção de centros comunitários. Não seriam apenas igrejas, destinadas a celebrar missas. Seriam centros com salas e salões destinados a atividades como reuniões dos clubes de mães, dos grupos de catequese, dos núcleos da pastoral operária, creches, cursos, grupos de jovens para fazer música ou teatro. E também, claro, para as celebrações dominicais.

Um viveiro de criatividade militante

Durante os anos 1970, mesmo sob a ditadura, houve uma difícil mas progressiva recomposição da esquerda política. Um crescimento de seus ativistas e militantes com fundamento em uma base social clara, uma rede de conexões que se propagava. Uma rede meio subterrânea que viria à luz do dia com o declínio da ditadura e a “redemocratização” dos anos 1980.

Esse crescimento foi muito alimentado pela forja de militantes e ativistas que vinham de sindicatos e igrejas. A base social relevante da esquerda política começou a ser essa: os movimentos do “povo pobre da periferia”, expressão preferida dos católicos e dos maoístas, a corrente política mais “casada” com os religiosos.

Sim, era daí que saía o grosso da militância e dos filiados do PT, por exemplo. Ou das oposições sindicais. Ou da futura CUT. Porque os sindicatos e esses movimentos populares – tantas vezes nucleados em

paróquias perdidas em bairros precários – eram os “lugares” da sementeira. Era ali que se realizava aquela atividade regular, constante, de formação de identidades e afinidades, de hábitos de pensamento e de comportamento. Hábitos de encontro – a palavra igreja vem de Eclésia, assembléia, encontro, e não é por acaso.

Quando a base social da esquerda política se fragmenta, desintegra, amolece, a dificuldade para promover enfrentamentos é terrível. Depois de 1980, principalmente, as empresas começam a passar por “reengenharias”. São fragmentadas e terceirizadas. Com essa reforma e com a automação, categorias profissionais inteiras são reduzidas pela metade, são partidas. Depois, com as privatizações, outras categorias definham. Os movimentos sindicais iriam sentir esse baque. E outros viriam.

Outros baques viriam, no movimento dos bairros periféricos, o outro lugar de florescimento de lideranças. Nos anos 1970, a esquerda conseguiu avanços significativos (em parceria com o chamado clero progressista) criando conexões entre movimentos no local de moradia. Havia uma interligação e cooperação viva entre movimentos por transporte, saúde, infraestrutura urbana, e movimentos sindicais, redundando em fortalecimento de campanhas de sindicatos e oposições sindicais. Escolas de solidariedade e de política. Essa atividade foi profundamente abalada por vários fatores, um dos quais, nada desprezível, foi o brutal desmonte da igreja da libertação, uma iniciativa clara e enérgica do papa eleito em 1979.

Nos bairros populares, a chamada “igreja progressista” foi rapidamente desmantelada por um papa claramente reacionário. Ali, onde elas eram o lugar do encontro, são substituídas por uma profusão de alternativas evangélicas, com práticas de enraizamento bem parecidas, mas, em geral, com um discurso radicalmente oposto. A teologia da libertação – a da salvação coletiva – dá lugar à teologia da prosperidade, em que Deus é uma caderneta de poupança: você investe e ele dá retorno, aqui mesmo, na vida material, no vale de lágrimas. A salvação individual, através do mérito e do mercado.

A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, nasceu num barracão do subúrbio carioca, no final dos anos 1970. Menos de dez anos depois já possuía templos e salões de culto em centenas de municípios. E adquiria uma das maiores redes de rádio e TV. Muitas concorrentes – ou co-irmãs – seguiram esse rumo.

As chamadas correntes evangélicas mostraram admirável energia militante. Evangélicos são usualmente praticantes – vão ao culto toda semana. Mais do que isso. Muitos vão mais vezes à igreja, enviam os filhos para atividades de jovens, crianças. Participam de círculos bíblicos, grupos de jovens e mulheres, organizam campanhas de proselitismo e venda de publicações, de conquista de adeptos e “associados”. Muitas igrejas dessas igrejas realizam um notável e dedicado serviço social, de apoio aos “irmãos”, de atração de fiéis. Oferecem cursos, grupos de teatro, creches, orientação para emprego, moradia, legalização de documentos, informam sobre o acesso a serviços públicos e assim por diante. Socializam, acolhem, integram. E para ajudar, nos intervalos o fiel ouve seus pastores e cantores no rádio, cadeias enormes de rádio e TV. Nas ruas comerciais das grandes cidades, lojas ou cinemas que fecham são com frequência alugados para alguma igreja desse perfil, não importa sua denominação. Nos bairros periféricos, desde a metade dos anos 1980, vemos a multiplicação de pequenos galpões. Nos anos 1970 era quase impossível ver um sequer. Com o tempo, transformam-se em templos maiores, alguns bastante imponentes – suficientemente amplos para abrigar todas essas atividades.

Tem que ser assim?

Resumindo o argumento. Ao longo dos últimos 30 anos, refluíu o ativismo de esquerda, aquele que conectava local de trabalho e local de moradia – e se realizava em paróquias, associações ou sub-sedes sindicais. Em seu lugar, cresceu um outro organizador de rotinas, aspirações e desejos – as igrejas evangélicas, que se multiplicaram, precisamente, depois de 1980. Uma escola de política se esvaziava, uma outra se erguia.

Descrevi, páginas acima, a Operação Periferia, um construto político de notável envergadura. Nenhuma das organizações de esquerda, pequenas e divididas, teria condições de empreendê-la, mesmo que tivesse tal visão.

Os sindicatos – mesmo que fossem imbuídos dessa compreensão – não tinham coesão suficiente para isso, ainda que, hipoteticamente, tivessem os recursos. Esse papel coube à Igreja, ou uma parte inovadora e voluntarista da Igreja, equipada com uma nova teologia. A partir do final dos anos 1970, vemos empreendimento similar mas com cortes claramente conservadores. Houve e há uma operação periferia da constelação de igrejas pentecostais conservadoras. Nada garante que continuem a ter essa inclinação doutrinária nem que seja eficientes na tarefa de controle social. Mas... quem saberá construir uma alternativa? Como? Talvez hoje sindicatos, movimentos e partidos à esquerda tenham mais saber e mais coesão para tentar. Talvez. Se não o fazem, acredito, renunciam a seu papel, mergulham na mediocridade e entregam a batalha para o adversário. A história provê a oportunidade, não o resultado.

As condições e os personagens são diferentes, portanto. Para o bem e para o mal. E hoje não precisamos de um empreendimento imobiliário como aquele do cardeal rebelde. Há um grande número de espaços estatais para reconquistar e tornar públicos. Uma escola em cada bairro, centros comunitários como os CEUs de São Paulo. Outros. Talvez o que falte seja a criação de pacientes e dedicadas brigadas juvenis, por exemplo. Que tenham a humildade de aprender e ensinar uma nova lição, para que o “público alvo” seja mais do que um alvo. Porque, como diziam meus amigos cristãos, quem mastiga sente o gosto. E quem sente o gosto tem mais fome. De poder, porque é do poder que estamos falando.

Compartilhe nas redes: